

Por Jorge Wahl

Com expansão acelerada, a geração eólica bate sucessivos recordes no País. Na semana passada, por exemplo, a região Sul registrou a produção de 1.302 Megawatts (MW) médios em um único dia, acima do teto anterior de 1.289 MW, computados apenas dois meses antes. Pelo ineditismo da notícia, percebe-se que algo está mudando em relação aos cuidados com o meio ambiente e que as novas visões que estão surgindo tem muito a ver com investidores como fundos de pensão.

De diferentes lados surge a confirmação de que as ações climáticas conquistam mais espaço. A ponto de mais de US \$ 100 bilhões por ano terem sido prometidos tanto de fontes públicas quanto privadas para ajudar os países em desenvolvimento na mitigação e adaptação às mudanças climáticas até 2020. E entre os ofertantes de recursos podemos encontrar não apenas instituições financeiras como o Bank of America Merrill Lynch, como um fundo de pensão líder como o CalPERS. Todos têm assumido compromissos de longo prazo para redirecionar seus investimentos nos próximos dez anos em energia renovável, transporte sustentável e green bonds.

Duas formas de ver - A questão ambiental, é verdade, suscita nos gestores de carteira que acreditam na valorização do tema nos próximos anos o desejo de investir na frente para ganhar com a subida dos ativos, ao mesmo tempo em que atrai também aqueles que não querem se arriscar a sofrer prejuízos investindo em uma empresa condenada a sofrer um desastre ambiental ou ter a sua produção embargada. As duas formas de ver e sentir estiveram presentes três semanas atrás durante apresentação técnica sobre “A Perenidade dos Fundos de Pensão- Panorama Mundial de Investimentos Sustentáveis”, no 37º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, que teve entre as maiores preocupações de seus organizadores exatamente o compromisso de apontar tendências e alertar para mudanças na direção dos ventos.

Se alguém tinha dúvidas sobre a importância dos critérios de responsabilidade ambiental, social e de governança (ASG) nas decisões de investimento, o desastre de Mariana foi um divisor que deixou isso bem claro”, afirmou na ocasião a coordenadora da CTN de Sustentabilidade da Abrapp, Raquel da Silva Castelpoggi. O caso, lembra Raquel, foi o equivalente à história do “gato subiu no telhado”. Está mais do que na hora de as EFPCs dedicarem ainda maior atenção ao tema, concordam os especialistas que participam das discussões.

Para Gustavo Pimentel, diretor da Sitawi, empresa especializada em investimentos responsáveis, as EFPC brasileiras são bastante transparentes quanto às suas políticas de investimento sob esse ponto de vista, até porque a Resolução CMN 3792 deixa clara a relação entre esses requisitos e o dever fiduciário das entidades.

A sofisticação das estratégias ASG, porém, ainda tem um longo caminho a percorrer entre os fundos de pensão brasileiros. “As entidades estão atentas para o tema e a maioria já incluiu alguma coisa dessas estratégias em suas políticas mas há muitos pontos em que avançar, como por exemplo o incentivo aos gestores externos para que eles definam suas práticas e processos de investimentos responsáveis”, diz Pimentel.

Fonte: [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 27.09.2016.